

pedras e coisas assim), a que pode sê-lo não o pode por si mesma, mas por Aquele que a criou. Torna-a feliz a posse daquele cuja perda a torna miserável, porque Aquele que é feliz por si mesmo não pode ser miserável precisamente porque não pode perder-se.

3. Dizemos existir apenas um bem imutável, Deus, uno, verdadeiro e feliz. E acrescentamos serem bens as coisas criadas por procederem dele, mas bens mutáveis, por haverem sido feitas, não dele, mas do nada. Embora não sejam supremos esses bens que podem unir-se ao bem imutável (o bem maior que eles é Deus), são grandes. Até tal ponto é Deus seu bem, que sem Ele são necessariamente miseráveis. Nem os demais seres, neste universo criatural, são melhores que eles, porque não podem ser miseráveis, pois não é justo dizer serem melhores os olhos que os demais membros de nosso corpo justamente porque não podem ficar cegos. Como a natureza senciente, embora com dores, é superior à pedra, incapaz, em absoluto, de dor, assim a natureza racional, embora sendo miserável, é superior à que carece de razão ou de sentido, motivo por que se torna incapaz de miséria.

Sendo assim, para essa natureza, criada com superioridade tão clara que, mesmo sendo mutável, com unir-se ao bem imutável, a Deus, supremo, logra a felicidade e não se vê livre de sua indigência, se não é feliz, e para sê-lo não lhe basta senão Deus, é vício não unir-se a Deus. Todo vício prejudica a natureza e por isso lhe é contrário. A viciada difere da que se une a Deus, não por natureza, mas por vício. Apesar de viciada, a natureza dá provas de grandeza e dignidade. Ao censurarmos, com razão, o vício de alguém, louvamos-lhe ao mesmo tempo a natureza, porque a censura do vício tem por justificativa o fato de ele desonrar a louvável natureza. Assim como, ao dizermos ser a cegueira vício dos olhos, testemunhamos que a visão pertence à sua natureza e, ao dizermos que a surdez é vício dos ouvidos, afirmamos ser-lhes natural a audição, assim também, ao dizermos que o não unir-se a Deus é o vício da criatura angélica, se declara de maneira evidente convir-lhe à natureza o unir-se com Deus. Quem poderá pensar ou de modo digno expressar em palavras a grandeza e glória do estar unido a Deus de tal sorte que se viva dele, se tenha a sabedoria dele, dele se goze e se desfrute de tamanho bem sem morte, sem erro e sem incômodo? Donde se conclui que, pois todo vício é nocivo à natureza, o vício dos anjos maus, que os tem separados de Deus, é testemunho eloqüente da bondade de sua natureza, criada por Deus, à qual prejudica não estar com Ele.

## CAPÍTULO II

**Não há essência alguma contrária a Deus, porque ao ser somente se opõe o não ser**

O objetivo de tudo quanto se disse é ninguém pensar, quando falemos dos anjos apóstatas, que puderam ter outra natureza, procedente de outro princípio e, portanto, Deus não é o autor de sua natureza. Cada qual se verá tanto mais expedita e facilmente livre da impiedade de semelhante erro quanto possa entender com visão mais clara o que, por intermédio de anjo, disse Deus, ao enviar Moisés aos filhos de Israel: *Eu sou o que sou*. Sendo, pois, Deus suma essência, isto é, sendo em sumo grau e, portanto, imutável, pôde dar o ser às coisas que criou do nada, não, porém, o ser em grau sumo, como é Ele. A umas deu ser superior, a outras, inferior, ordenando assim gradualmente as naturezas das essências. Do mesmo modo que de *sapere* (saber) se formou *sapientia* (sabedoria), desse mesmo modo de *esse* (ser) se formou *essentia* (essência). E certo tratar-se de palavra nova, não usada pelos autores clássicos da língua latina, mas já corrente em nossos dias, para que em nosso idioma não faltasse o que os gregos chamam *ousia*, palavra que, traduzida à letra, vem a dar *essência*. Por conseguinte, à natureza que é em grau sumo, pela qual é tudo quanto tem ser, somente se opõe a natureza que não é, porque somente o não ser se opõe ao ser. Não existe, por isso, essência alguma contrária a Deus, ou seja, à suma essência autora de todas e quaisquer essências.

## CAPÍTULO III

**Os inimigos de Deus não o são por natureza, mas por vontade**

Nas Escrituras chamam-se inimigos de Deus os que, não por natureza, mas por seus vícios, se lhe opõem aos mandados. Não podendo prejudicá-lo em coisa alguma, mas apenas a si mesmos, são inimigos por sua vontade de resistência, não por seu poder lesivo, por ser Deus imutável e absolutamente incommutável. Esse o motivo de o vício com que resistem a Deus os chamados seus inimigos não ser mal para Deus, mas para eles próprios. E isso por corromper-lhes o bem de sua natureza. Não é contrária a Deus a natureza, mas o vício, por ser o mal contrário ao bem e ninguém

poder negar ser Deus o sumo bem. O vício, portanto, opõe-se a Deus, como o mal ao bem. Contudo, a natureza, embora sendo viciada, é bem. Donde se infere ser o vício contrário também a tal bem. Mas somente a Deus se opõe como o mal ao bem; à natureza que vicia, não somente como a algo mau, mas, além disso, como a algo nocivo. Porque não existe mal algum nocivo a Deus, mas às naturezas mutáveis e corruptíveis, contudo boas, segundo os próprios vícios demonstram. E demonstram-no porque, se não fossem boas, não poderiam prejudicá-las. Que fazem, com efeito, ao prejudicá-las, senão que percam a integridade, a beleza, a saúde, a perfeição e quantos bens o vício costuma subtrair ou roubar à natureza? Se falta em absoluto, não prejudica, porque não priva de bem algum e, portanto, não é vício, posto que ser vício e não prejudicar é contraditório. Donde se segue que, embora incapaz de prejudicar o bem imutável, o vício não pode prejudicar senão o bem, visto como toda a sua razão de ser consiste em prejudicar.

Isso pode ser dito também do seguinte modo: o vício não pode existir nem no sumo bem nem em algo que não seja bem. Logo, os bens podem existir sós em alguma parte, mas os males em si sós, nunca. Com efeito, as naturezas corrompidas pelo vício de má vontade são más, é certo, como viciosas, mas, como naturezas, são boas. E, quando a natureza viciosa é castigada, além da natureza, é bom também não ficar impune. A razão é ser justo o castigo e ser bom tudo quanto é justo. Ninguém sofre castigos por causa dos defeitos naturais, mas pelos voluntários, visto como o próprio vício que, robustecido pelo costume e, por assim dizer, enfranchado na natureza, chegou a ser natural, também teve origem na vontade. Estamos tratando agora dos vícios da natureza racional, capaz da luz inteligível, que lhe possibilita discernir o justo do injusto.

## CAPÍTULO IV

**As naturezas desprovidas de razão e vida não desdizem, consideradas em seu gênero e ordem, da beleza do universo**

Quanto ao mais, é ridículo pensar serem condenáveis os defeitos dos animais irracionais, árvores e outros seres mutáveis e mortais privados de entendimento, sentido ou vida, defeitos que fazem com que sua natureza dissolúvel esteja sujeita à corrupção. E é ridículo, porque tais criaturas receberam da vontade do Cria-

dor seu modo de existência, destinado unicamente a operar, por sua vicissitude e sucessão, a beleza ínfima dos tempos, que em seu gênero harmoniza com as demais partes deste universo. Não seria justo que os seres terrenos se equiparassem aos celestiais, nem a superioridade destes constituía razão suficiente para no mundo faltarem aqueles. Quando, perecendo alguns seres, nascem outros, para ocupar os lugares que correspondiam àqueles, e os inferiores sucumbem ante os superiores e os vencidos se transformam em qualidades dos vencedores, então se dá a ordem dos seres transitórios. A formosura de tal ordem não nos deleita precisamente porque, incorporados, por motivo de nossa natureza mortal, à referida parte do conjunto, não podemos perceber que relações de conveniência e proporção ligam ao conjunto as partes que nos desagradam. Eis por que, quanto menos idôneos somos para contemplá-la, mais se nos impõe a obrigação de crer na providência do Criador, a fim de não nos atrevermos, com a temerária vaidade humana, a censurar a obra de tão grande Artífice.

Examinados a sério, tais defeitos nas coisas terrestres, feitos nem voluntários, nem expiatórios, dão igual testemunho da excelência das naturezas, das quais nenhuma existe que não tenha Deus por autor e criador. E é que nos desagradam que o vício prive a natureza do que nela nos agrada. Mas, com frequência, as naturezas também desagradam aos homens quando se lhes tornam nocivas, porque não as consideram em si, mas em sua utilidade, como os animais cuja abundância castigou a soberba dos egípcios. De acordo com isso, poderiam censurar também o Sol, porque alguns malfetores ou quem não pagava as dívidas eram condenados pelos juizes a ser expostos aos raios solares. Portanto, considerada em si mesma, não em relação com nosso conforto ou desconforto, a natureza dá glória a seu Artífice. Assim, a natureza do fogo eterno é por certo louvável, embora deva servir de suplício aos ímpios condenados.

Com efeito, que há mais formoso do que fogo em chamas, vivo e respaldado? Que há mais útil, quando aquece, purifica e coze? E, todavia, nada existe mais molesto, quando queima. E, pois, o mesmo o fogo que, mal aplicado, é nocivo e, convenientemente aplicado, útil. Quem achará palavras suficientes para explicar as utilidades que tem no mundo? Não devemos, por conseguinte, prestar ouvidos a quem lhe louva a luz e vitupera o ardor, porque não considera sua natureza, mas seu próprio conforto ou desconforto. Esses tais querem ver e não querem queimar-se. Mas não reparam em que a mesma luz que lhes causa agrado prejudica, por inconveniência, os olhos fracos e em que,

## CAPÍTULO I

### Dois viajantes de duas cidades caminham a duas metas distintas

1. Sobre a felicidade do paraíso ou sobre o próprio paraíso, sobre a vida dos dois primeiros homens nele e sobre seu pecado e castigo já se emitiram muitos pareceres, se pensou muito e se gastou muita tinta nisso. Também eu, nos livros anteriores, disse algo a respeito do assunto, segundo o que li ou pude compreender das Santas Escrituras, procurando não apartar-me de sua autoridade. Exame mais detido de tais pontos enredar-nos-ia em muitas e muito espinhosas questões, que exigiriam série de volumes que excederiam em muito os limites desta obra e do tempo de que disponho. Ando, sem dúvida, tão escasso dele, que não posso deter-me a responder às objeções que possam ser apresentadas pelos escrupulosos e ociosos, mais prontos para perguntar que capacitados para entender. Parece-me, todavia, haver esclarecido algo as difíceis e escabrosas questões acerca da origem do mundo, da alma e do gênero humano.

Dividi a humanidade em dois grandes grupos: um, o dos que vivem segundo o homem; o outro, o daqueles que vivem segundo Deus. Misticamente, damos aos dois grupos o nome de cidades, que é o mesmo que dizer sociedades de homens. Uma delas está predestinada a reinar eternamente com Deus; a outra, a sofrer eterno suplicio com o diabo. Tal o fim de ambas, de que depois nos ocuparemos. Agora, posto já haveremos escrito bastante sobre a origem das duas cidades, quer nos anjos, cujo número nos é desconhecido, quer nos dois primeiros homens, estou em que já devemos tratar de seu desenvolvimento, do dia em que começa ao dia em que deve deter-se a geração dos homens. O desenvolvimento dessas duas cidades compreende todo o lapso de tempo, também chamado século, rápida sucessão de nascimentos e de mortes, que forma o curso das duas cidades. É a que nos referimos.

2. O primeiro filho dos dois primeiros pais do gênero humano foi Caim, pertencente à cidade dos homens, e o segundo, Abel, participante da Cidade de Deus.

Em cada homem comprovamos a veracidade das seguintes palavras do Apóstolo: *Não é primeiro o espiritual, e, sim, o animal; depois, o espiritual.* Onde se segue que cada qual, por descer de tronco condenado, necessariamente primeiro é mau e carnal e depois será bom e espiritual, se, renascendo em Cristo, adiantar na virtude. Quando ambas as cidades empreenderam seu curso evolutivo, por nascimentos e mortes sucessivas, primeiro nasceu o cidadão deste mundo e depois o peregrino do século, pertencente à Cidade de Deus. A este a graça predeterminou, a graça escolheu; fê-lo peregrino no solo e cidadão do céu. A verdade é que, quanto ao que se lhe refere, nasce do mesmo nada, originariamente condenado, que os demais; mas Deus, como bom oleiro (é semelhança não insensata, mas sensata, do Apóstolo), fez dessa massa um vaso para honra e outro para ignomínia. Primeiro, fez o vaso para honra e depois o vaso para honra, porque em cada homem, como fica dito, primeiro é o réprobo, passo indispensável para todos nós e em que é necessário determinados, e depois o probo, a que chegaremos graças ao progresso na virtude e em que, em chegando, permaneceremos. Onde se segue não ser certo que todo homem mau há de ser bom e sim que ninguém há de ser bom, sem antes haver sido mau. E, quanto mais depressa melhore, tanto mais rapidamente mudará de nome e substituirá o primeiro pelo segundo.

Diz a Escritura que Caim construiu uma cidade e Abel, como peregrino, nenhuma ergueu. Porque a Cidade dos santos está no céu, embora cá na terra gere cidadãos, em quem peregrina até chegar o tempo de seu reinado. Então, congregará todos os resuscitados com seus corpos e lhes dará o reino prometido. E nele reinarão eternamente com seu príncipe, o Rei dos séculos.

## CAPÍTULO II

### Os filhos da carne e os filhos da promessa

Na terra houve, realmente, sombra e imagem profética de tal cidade, mais propriamente sinal que representação. Apareceu quando corvinha. Chamaram-na também Cidade Santa, em homenagem a seu ser de imagem, e não à realidade que expressava,

ao como deve ser. Dessa imagem e do por ela significado, da cidade livre, o Apóstolo fala aos gálatas nos seguintes termos: *Di-zei-me, os que quereis estar sob a lei, não ouvistes a lei? Porque escrito está que Abraão teve dois filhos: um da escrava e outro da livre. Mas o da escrava nasceu segundo a carne; o da livre, em virtude de promessa. Disse-se tudo isso em alegoria. Essas duas mulheres são os dois Testamentos. Um, dado no monte Sinai, gera escravos e está figurado em Agar. Porque o Sinai é monte da Arábia, que está entiaçado com a Jerusalém atual, escrava com seus filhos. Por sua vez, a Jerusalém de cima é livre e nossa mãe. Pois está escrito: Alegra-te, estéril, que não dás à luz, prorrompe em gritos de júbilo, tu que não és fecunda, porque são muitos mais os filhos da abandonada que os da que tem marido. Somos, irmãos, os filhos da promessa, figurados em Isaac. Mas, como então quem nasceu segundo a carne perseguia o nascido segundo o espírito, assim sucede também agora. Que diz, porém, a Escritura? Lança fora a escrava e o filho, que o filho da escrava não há de ser herdeiro com o filho da livre. Mas não somos, irmãos, filhos da escrava, e sim da livre, e Cristo é quem nos adquiriu essa liberdade. Semelhante interpretação, emanada da autoridade do Apóstolo, revela-nos como devemos entender os escritos do Novo e do Velho Testamento.*

Parte da cidade terrena veio a ser imagem da Cidade celeste; não simboliza a si mesma, mas a outra e, portanto, serve-a. Não foi fundada para ser figura de si mesma, mas da outra, e a cidade que prefigura foi por sua vez prefigurada por outra figura anterior. Com efeito, Agar, escrava de Sarra, e o filho foram de certa maneira imagem dessa imagem. E porque as sombras, em chegando a luz, devem desvanecer-se, por isso Sarra, que era a livre e significa a cidade livre, de que a referida sombra era imagem distinta e nova, disse: *Lança fora a escrava e o filho, que o filho da escrava não há de ser herdeiro com meu filho, Isaac, ou, como diz o Apóstolo, com o filho da livre.* Encontramos, pois, na cidade terrena duas formas: uma, que ostenta sua presença; outra, que é, com sua presença, imagem da Cidade celeste.

Pervertida pelo pecado, a natureza gera os cidadãos da cidade terrena; a graça, que liberta do pecado, gera os cidadãos da Cidade celeste. Por isso, aqueles são chamados vasos de ira; vasos de misericórdia, estes.

É o que foi figurado também nos filhos de Abraão. Ismael, um deles, nasceu, segundo a carne, de Agar, a escrava; o outro, Isaac, nasceu, segundo a promessa, de Sarra, a livre. Ambos, sem dúvida, descendem de Abraão; aquele, porém, foi gerado segundo o curso ordinário da natureza e este foi dado em virtude de pro-

ímpios choram a perda dos bens naturais, pois sentem a exata justiça que lhes retira, após haverem desprezado a bondade infinita que lhes deu. Deus, pois, sapientíssimo criador e justíssimo ordenador de todas as naturezas, que na terra estabeleceu o gênero humano para ser-lhe o mais belo ornamento, deu aos homens certos bens convenientes a esta vida, quer dizer, a paz temporal, pelo menos a de que nosso destino mortal é capaz, a paz na conservação, integridade e união da espécie, tudo o que é necessário à manutenção ou à recuperação dessa paz, como, por exemplo, os elementos na conveniência e no domínio de nossos sentidos, a luz visível, o ar respirável, a água potável e tudo quanto serve para alimentar, cobrir, curar e adornar o corpo, sob a condição, muito justa, por certo, de que todo mortal que fizer uso legítimo desses bens apropriados à paz dos mortais os receberá maiores e melhores, a saber, a paz da imortalidade, acompanhada de glória e de honra próprias da vida eterna, para gozar de Deus e do próximo em Deus. Quem usar indignamente de tais bens perdê-los-á, sem receber os outros.

## CAPÍTULO XIV

### A ordem e a lei celestial e terrena

O uso das coisas temporais relaciona-se, na terra, com a obtenção da paz terrena e, na Cidade de Deus, com a obtenção da paz celeste. Por isso, fôssemos animais irracionais, não apeteceríamos senão à ordenada complexão das partes do corpo e à quietude das apetências. Nada apeteceríamos, por conseguinte, fora disso, com o fim de que a paz do corpo redundasse em proveito da paz da alma. Porque a paz da alma irracional é impossível sem a paz do corpo, pois não pode conseguir a quietude de suas apetências. Mas ambos servem à paz que entre si mantêm a alma e o corpo, paz de vida ordenada e de saúde. Assim como os animais mostram amar a paz do corpo, quando se esquivam da dor, e da paz da alma, quando, para satisfazerem suas necessidades, seguem a voz de suas apetências, assim também, fugindo à morte, indicam às claras quanto amam a paz, que liga a alma e o corpo. Mas o homem, dotado de alma racional, submete à paz da alma tudo quanto tem de comum com os irracionais, a fim de contemplar algo com a mente e, segundo esse algo, agir de sorte que nele haja ordenada harmonia entre o conhecimento e a ação, em que consiste, como já dissemos, a paz da alma racional. A isto deve endereçar seu querer, a que a dor não a atormente, nem o desejo

a inquiete, nem a morte a separe, para conhecer algo útil e segundo do tal conhecimento compor sua vida e costumes.

Mas como seu espírito é fraco, para o afã de conhecer não precipitá-lo em erro algum, tem necessidade do magistério divino para conhecer com certeza e de seu auxílio para agir com liberdade. Como, enquanto mora neste corpo mortal, anda longe de Deus e caminha pela fé e não pela espécie, por isso é preciso que relacione tanto a paz do corpo com a da alma, como a de ambos juntos, àquela paz que existe entre o homem mortal e o Deus imortal, dando assim margem à obediência ordenada pela fé sob a lei eterna. E, posto o divino Mestre ensinar dois preceitos principais, a saber, o amor a Deus e o amor ao próximo, nos quais o homem descobre três seres como objeto de seu amor, isto é, Deus, ele mesmo e o próximo, e não pecar, amando-se a si mesmo, quem ama a Deus, é lógico leve cada qual a amar a Deus o próximo a quem o mandam amar como a si mesmo. Assim deve fazer com a esposa, com os filhos, com os domésticos e com os demais homens com quem puder, como quer olhe o próximo por ele, caso venha a necessitar. Assim terá paz com todos em tudo que dele dependa, essa paz dos homens que é a ordenada concórdia. Eis a ordem que se há de seguir: primeiro, não fazer mal a ninguém; segundo, fazer bem a quem a gente possa. Em primeiro lugar está o cuidado com os seus, porque a natureza e a sociedade humana lhe dão acesso mais fácil e meios mais oportunos. Por isso diz o Apóstolo: *Quem não prové aos seus, mormente se familiares, nega a fé e é pior que infiel.* Daí nasce também a paz doméstica, quer dizer, a ordenada concórdia entre quem manda e os que em casa obedecem. Mandam os que cuidam, como o homem à mulher, os pais aos filhos, os patrões aos criados. Obedece quem é objeto de cuidado, como as mulheres aos maridos, os filhos aos pais, os criados aos patrões. Mas em casa do justo, que vive da fé e ainda peregrina, longe da cidade celeste, quem manda também serve aqueles que parece dominar. A razão é que não manda por desejo de domínio, mas por dever de caridade, não por orgulho de reinar, mas por misericórdia de auxiliar.

## CAPÍTULO XV

### A liberdade natural e a servidão do pecado

Trata-se de prescrição da ordem natural. Assim Deus criou o homem. *Domine, diz, os peixes do mar, as aves do céu e todo*



*réptil que se move sobre a terra.* Quis que o homem racional, feito à sua imagem, dominasse unicamente os irracionais, não o homem ao homem, mas o homem ao irracional. Eis o motivo de os primeiros justos haverem sido pastores e não reis. Com isso Deus manifestava o que pede a ordem das criaturas e o que exige o conhecimento dos pecados. O jugo da fé impôs-se com justiça ao pecador. Por isso não vemos empregada nas Escrituras a palavra *servo* antes de o justo Noé castigar com tal nome o pecado do filho. Esse nome mereceu-o, pois, a culpa, não a natureza. A palavra *servo*, na etimologia latina, designa os prisioneiros, cuja vida os vencedores conservavam, embora pudessem matá-los por direito de guerra. Tornavam-se servos; palavra derivada de servir. Isso também é merecimento do pecado. Pois, embora se trave guerra justa, a parte contrária guerreia pelo pecado. E toda vitória, mesmo a conseguida pelos maus, humilha os vencidos por juízo divino, corrigindo os pecados ou castigando-os. Testemunha-o Daniel, homem que no cativeiro confessa a Deus seus pecados e os pecados de seu povo e reconhece, com piedosa dor, ser essa a razão do referido cativeiro. A causa primeira da servidão, é, pois, o pecado, que submete um homem a outro pelo vínculo da posição social. E o efeito do juízo de Deus, que é incapaz de injustiça e sabe impor penas segundo o merecimento dos delinquentes. O Senhor supremo diz: *Todo aquele que comete pecado é escravo do pecado.* Por isso muitos homens piedosos servem patrões iníquos, mas não livres, porque quem é vencido por outro fica escravo de quem o venceu.

Na verdade, é preferível ser escravo de homem a sê-lo de paião, pois vemos quão tiranicamente exerce seu domínio sobre o coração dos mortais a paixão de dominar, por exemplo. Mas na ordem de paz que submete uns homens a outros, a humildade é tão vantajosa ao escravo, como nociva ao dominador a soberba. Contudo, por natureza, tal como Deus no princípio criou o homem, ninguém é escravo do homem nem do pecado. Mas a escravidão penal está regida e ordenada pela lei, que manda conservar a ordem natural e proíbe perturbá-la. Se nada se fizesse contra essa lei, não havia nada a castigar com essa escravidão. Por isso, o Apóstolo aconselha aos servos que estejam submissos aos respectivos senhores e os sirvam de coração e de bom grado. Quer dizer, se os donos não lhes dão liberdade, tornem eles, de certa maneira, livre sua servidão, não servindo com temor falso, mas com amor fiel, até que passe a iniquidade e se aniquilem o principado e o poder humano e Deus seja todo em todas as coisas.

## CAPÍTULO XVI

### A justiça no domínio

Assim, vemos que, embora tivessem escravos, nossos patriarcas administravam a paz doméstica, distinguindo entre os filhos e os escravos somente no relativo aos bens temporais. No referente ao culto a Deus, de que se devem esperar os bens eternos, olhavam com igual amor todos os membros da casa. Isso é tão conforme com a ordem natural, que o nome de pai de família vem daí e de tal maneira está divulgado, que mesmo os senhores injustos gostam de que os chamem por ele. Os autênticos pais de família consideram filhos todos os membros da família, no tocante ao culto e honra a Deus. Desejam e anseiam por chegar à casa celeste, onde não seja necessário mandar os homens, porque na imortalidade não será preciso acudir a necessidade alguma. E até aí devem tolerar mais os senhores, que mandam, que os servos, que servem. Se em casa alguém turba a paz doméstica por desobediência, é para sua própria utilidade corrigido com a palavra, com pancadas ou com qualquer outro gênero de castigo justo e lícito admitido pela sociedade humana, para reuni-lo à paz de que se afastara. Como não é benfeitor quem corre em auxílio de alguém para fazê-lo perder algum bem, assim também não é inocente quem, perdendo, permite que alguém incorra em mal ainda mais grave. A inocência, pois, não exige apenas não fazer mal a ninguém, mas também afastar o próximo do pecado ou castigar o pecado. Isso com o fim de o castigo corrigir o castigado e servir de lição aos outros. A casa deve ser o princípio e o fundamento da cidade. Todo princípio relaciona-se com seu fim e toda parte com seu todo. É, por isso, claro e lógico deva a paz doméstica redundar em proveito da paz cívica, quer dizer, deva a ordenada concórdia entre os que mandam e os que obedecem relacionar-se com a ordenada concórdia entre os cidadãos que mandam e os que obedecem. Donde se segue que o pai de família deve dirigir sua casa pelas leis da cidade, de tal forma que se acomode à paz da cidade.